



Lições Feministas: Uma epistemologia para além da categoria “Gênero”

Thasio Fernandes Sobral¹

Doutorando (UFBA)

 <https://orcid.org/0000-0003-0242-6905>

Recebido em: 23/01/2025

Aprovado em: 28/02/2025

RESUMO

Os estudos de gênero têm mobilizado uma série de interesses temáticos e têm se preocupado com a formulação de uma epistemologia que sirva de aporte para entender as dinâmicas em torno das camadas de gênero e seus aspectos relacionais. Este artigo elabora uma análise crítica de textos de três autoras basilares da epistemologia feminista. Busco, assim, evidenciar que as contribuições criadas no seio dos estudos de gênero podem servir de arsenal para a investigação de dinâmicas de poder intrínsecas às relações sociais e à constituição histórica. Para tanto, parto do estudo de três escritos: *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, de Joan Scott; *Epistemologia feminista negra*, de Patricia Collins; e, *A mulher negra na sociedade brasileira*:

¹ Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA), bolsista Fapesb. E-mail: thasio.sobral@gmail.com.



uma abordagem político-econômica, de Lélia Gonzáles. Almejo, através de uma análise crítica e contextual, criar pontes que possam servir para outros fazeres intelectuais no ofício da História.

PALAVRAS-CHAVE

Epistemologia feminista; Historiografia; Estudos de gênero.

Introdução

Ao longo de ao menos os últimos sessenta anos, as feministas e os/as historiadores/as dos estudos de gênero têm mobilizado uma série de interesses temáticos, questionando os limites da produção de conhecimento dentro do campo da história.² Igualmente, têm se preocupado com a formulação de conceitualizações epistemológicas que sirvam de aporte para entender as dinâmicas em torno das camadas de gênero e seus aspectos relacionais.

Apesar disso, ainda impera a percepção de que estudos e teorizações feministas servem quase que exclusivamente para se pensar as relações entre o ser homem-mulher e seus matizes derivados. Embora muito já tenha sido propagado sobre a necessidade de entender as esferas da

² Heloisa Buarque de Hollanda, “Introdução”, in: Heloisa Buarque de Hollanda (org.), *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*, Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019, p. 11-23.



vida pública e privada como aspectos dinâmicos e que se retroalimentam, ainda assim, insistem em colocar a epistemologia feminista em uma gaveta teórica e não em conjunto com as demais ferramentas tão amplamente compartilhadas em nossa produção.

O esforço deste artigo reside em uma análise crítica de textos de três autoras basilares da epistemologia feminista. Busco, assim, evidenciar que as contribuições criadas no seio dos estudos de gênero podem servir de arsenal para a investigação de dinâmicas de poder intrínsecas às relações sociais, à constituição de sujeitos e às respectivas subjetividades dentro de diferentes realidades históricas.

Como forma de viabilizar a discussão, me debrucei sobre *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, de Joan Scott; *Epistemologia feminista negra*, de Patricia Collins; e, *A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica*, de Lélia Gonzáles. Almejo, através de uma análise crítica e contextual dessas contribuições, criar pontes que possam servir para outros fazeres intelectuais à luz dos aspectos teórico-empíricos desses escritos.

Joan, a pioneira

Ao longo dos anos, fica cada vez mais evidente a importância de Joan Scott, historiadora norte-americana, para a elaboração de um campo que entendesse o gênero enquanto uma esfera de poder em que se organiza a sociedade. Quando escreveu seu texto originalmente em 1986, a preocupação da historiadora foi propor o gênero como categoria de análise útil à história. Partindo de uma perspectiva pós-estruturalista mais radical, Scott considerava que o nascimento



desse campo, por volta da década de 1960 e 1970, era a oportunidade das quais as feministas e os estudos de gênero precisavam para se localizar no mesmo *status* de importância que outras categorias analíticas.

É importante ressaltar que aquele contexto foi marcado por críticas contumazes à historiografia do período, sobretudo, à história social do trabalho, que tornara-se o epicentro da produção historiográfica décadas antes. A escolha “radical” de Scott, portanto, não só refletia o contexto histórico/historiográfico empreendido, mas, também, que este foi entendido, por ela, como o *timing* correto para isso. Em suas palavras: “os/as historiadores/as feministas estão agora bem posicionados/as para teorizar suas práticas e para desenvolver o gênero como uma categoria analítica”.³

Em seu texto fundador, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, a autora desenvolve uma revisão teórica e uma análise crítica de trabalhos produzidos dentro da historiografia da História das Mulheres, alegando que esta não foi capaz de dar conta das complexidades analíticas para compreender a insistência da desigualdade de gênero ao longo do tempo. A crítica elaborada por Scott foi dura e obteve boa recepção, fazendo de seu nome um dos mais proeminentes para os estudos de gênero nas décadas subsequentes. Apesar disso, a sua proposta não foi imune de críticas, estas melhor sintetizadas no desacordo proferido por Tilly.⁴

³ Joan Wallach Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, *Educação & Realidade*, 20, 2 (1992), p. 84.

⁴ Louise A. Tilly, “Gênero, história das mulheres e história social”, *Cadernos Pagu*, 3, 28–62 (1994).



Scott iniciara a sua proposição ao falar que: “aquelas pessoas que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as idéias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história”.⁵ Demonstrando, já de início, a sua preocupação com os valores simbólicos e da linguagem como os definidores das relações de poder, Scott empreendia um desafio de se identificar as normas e os valores atribuídos ao gênero, que, para ela, possuíam historicidade, e portanto, não se constituíam enquanto uma verdade dada, absoluta.

Scott também apresentou que o gênero surgia como uma rejeição à noção biologizante/naturalista do sexo, assim, enquanto sexo evocava a biologia, gênero evocava a construção/cultura.⁶ Apesar da tentativa de esmiuçar as questões biologizantes do sexo, Scott acreditava que o “gênero” continuava sendo um “sinônimo de ‘mulheres’”,⁷ o que era um problema, pois isso sinalizava muito mais para a constituição de um terreno/recorte de estudos do que a execução de uma percepção transversal da problemática.

Segundo a sua proposta, o gênero tratava-se de uma pergunta a ser feita no contexto interpretativo das relações sociais, e esquematizava:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.⁸

⁵ Joan Wallach Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, p. 71.

⁶ Joan Wallach Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, p. 71.

⁷ Joan Wallach Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, p. 75.

⁸ Joan Wallach Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, p. 86.



A partir daqui o gênero ganhava o status de elemento *fundante* e *significante*. Tal dimensão era importante, porque além desses dois eixos centrais, Scott informava outros quatro elementos constitutivos do seu conceito de gênero dos quais quero dar atenção. Estes eram: a) símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas, b) conceitos normativos que expressam interpretações dos significados e símbolos, c) a falsa fixidez do gênero e a farsa da sua permanência intemporal em uma representação binária, d) a identidade subjetiva.⁹

Esta é uma das principais contribuições da autora, visto que em uma leitura a contrapelo, é possível (re)pensar as nossas pesquisas durante a análise de fontes. Tal como, em compatibilidade com o primeiro elemento, durante uma investigação documental, ao remontar ou (re)interpretar determinada realidade e/ou dinâmica histórico-social, é preciso levar em consideração quais símbolos são mobilizados pelo contexto histórico específico dos sujeitos modelos.

De forma similar, se faz necessário levar em consideração a (re)produção de conceitos normativos que podem levar à construção desses signos e símbolos e vice-versa, processos dos quais cada pessoa historiadora deve estar atenta quando for desenvolver um olhar mais crítico de sua documentação. Os conceitos normativos não se inserem apenas no âmbito do gênero, mas da moralidade e da organização das esferas de poder que informam, mais ou menos, quais

⁹ Joan Wallach Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, p. 86-87.



são as hierarquias sociais que as pessoas acreditam e porque estas se mobilizam em torno destes parâmetros, sem, muitas vezes, questioná-los.

Neste mesmo trilho, pode-se dizer o mesmo da proposta de desconstruir aspectos da fixidez. Pois, embora Scott estivesse preocupada com as questões de gênero e a inerente crença da imutabilidade de suas dinâmicas, em lógica similar, podemos pensar sobre essas interações em diferentes escalas sociais, visto que as relações entre o indivíduo e a sociedade, bem como o que faz, diz ou reproduz foram/são influenciadas por um entendimento socialmente estabelecido, visto, muitas vezes, como algo pré-civilizatório. Como ofício, precisamos ter atenção à falsa ideia de imobilidade daquilo que acredita as sociedades em que estamos situados ou àquelas que são por nós estudadas.

Ademais, o seu quarto componente, a noção de identidade subjetiva, trata-se de um importante componente para compreensão das relações sociais, visto que cada sujeito corresponde aos dispositivos morais, culturais e sociais de modo individual. Tal percepção é crucial para entender de qual maneira as pessoas podem assentar tais parâmetros do poder hegemônico ou questioná-lo. No mais, servem para deslocar-se do entendimento de que as pessoas interagem com as diferentes camadas de poder de forma monolítica ou em bloco, o que iluminaria o entendimento de porquê pessoas desenvolvem interações e/ou entendimentos diferentes sobre o mesmo ponto de vista moral mesmo estando em contextos históricos e/ou sociais parecidos, algo que não deve ser negligenciado.



Scott ainda afirmou que “o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”, e, portanto, “o gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas”.¹⁰ Dessa maneira, a chave analítica proposta por ela pretende também entender os caracteres políticos, econômicos e sociais que atravessam à sociedade. A percepção de que estes âmbitos se articulam de modo integrado, atuando para (re)produção de uma realidade historicamente situada é algo que considero necessário a ser incluído em nossa práxis.

Sabidamente, Scott quando debatia tais parâmetros, estava sendo influenciada por leituras como Derrida e outros autores pós-modernos. Contudo, mesmo sob esta influência, salvaguardo que Scott, por sua formação, não rompia totalmente com elementos da teoria histórica, que remontavam à História Social, visto que não abandonou a necessidade de problematização e historicização dos aspectos em torno do gênero. Desse modo, compreendo que no cerne da proposta scottiana reside um campo de possibilidades que pode ser (re)aproveitado para um matiz muito maior de discussões e pesquisas dentro da História, pois, entendendo que a chave por ela desenvolvida estava/está atenta a um amplo escopo de relações e interações sociais.

¹⁰ Joan Wallach Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, p. 88.



Patricia, a ética

Patricia Collins, socióloga e pensadora norte-americana, publicou, originalmente, o texto, *Epistemologia feminista negra*, no ano 2000, onde tentou desvelar os conflitos institucionais e os lugares da produção do conhecimento dentro das universidades. A importância deste escrito está em sua capacidade de embasar a sensibilidade analítica/investigativa intrínseca ao ofício do historiador. Ainda que Collins não seja uma historiadora, não considero isto um problema, afinal, há quase um século, teorizamos sobre a importância do diálogo com outros campos do conhecimento, como já asseverava Lucien Febvre na década de 1930.¹¹

No período em que o texto de Collins foi publicado, havia um crescente reposicionamento de autores diante da sua produção. Quase duas décadas após o escrito de Scott, forjou-se uma aproximação do gênero a uma perspectiva mais crítica às bases modernas e eurocêntricas. Este momento também foi marcado por um (re)posicionamento ético-político, visto que, no bojo dessas formas de perceber o mundo, residia uma forte crítica à problemática noção de objetividade proposta pelas premissas mais estruturalistas e iluministas, sobretudo as que mantinham forte vínculo com um modelo de sujeito universal cis, branco, masculino, europeu, cristão heterossexual. Agora, se defendia a necessidade de se assumir a subjetividade de quem escreve, buscando encontrar uma objetividade empírica na subjetividade analítica.

¹¹ Lucien Febvre, “Febvre contra o espírito de especialização”, in: Carlos Guilherme Mota (Org.). *Lucien Febvre: história*, São Paulo, Ática, 1992. p. 99-102.



Como argumento em seu estudo, Collins afirmou que as mulheres negras historicamente foram impelidas a produzir conhecimento a partir de outras esferas como “a música, a literatura, as conversas e os comportamentos do cotidiano como espaços importantes para construção de uma consciência feminista negra”.¹² E, além do racismo que cerceava possibilidade, havia essa postura falsamente distante das propostas iluministas que legitimou o espaço acadêmico como o único produtor do conhecimento.

Ao ver de Collins, as mulheres negras na academia comumente precisavam (e precisam) enfrentar processos de rechaço e marginalização, sendo escanteadas pelo simples fato de quererem falar ou pesquisar sobre mulheres negras. Aquelas que não o faziam, precisavam encontrar mediações, adotando teóricos ou perspectivas epistemológicas brancas para conseguirem ter certo grau de legitimidade e/ou relevância acadêmica. Quando não estavam neste dilema, reproduziam as esferas de poder tornando-se vetores daquelas mesmas desigualdades dentro da academia.¹³

A crítica da autora também voltava-se para a assepsia positivista e inspirava a necessidade de percepção de como o poder se localiza dentro das instituições, e de que modo este pode limar e/ou limitar novas perspectivas filosóficas e nos manter reféns à determinada mentalidade teórica simplesmente por essa estar mais bem posicionada nas relações de poder. Seguramente,

¹² Patrícia Hills Collins, “Epistemologia feminista negra”, in: Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel (org.), *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*, Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2018, p. 153.

¹³ Patrícia Hills Collins, “Epistemologia feminista negra”, p. 152-184.



nos últimos anos, esse cenário tem sido tensionado, o que tem levado a novas interpretações destas relações, mas muito precisa ser feito para o avanço de pesquisas que tem estes grupos como protagonistas, seja como fruto ou como autores dessas.

Foi com base nesta premissa que ela gestou a sua postura crítica, desenvolvendo uma epistemologia que levasse em consideração o local específico da mulher negra, a impulsionando a elaborar um conceito central baseado em quatro eixos, que também considero úteis à História. O primeiro voltava-se para “a experiência *vivida* como critério de significação”, neste Collins estabelecia uma diferença entre conhecer/saber, e estipulava que:

Viver a vida enquanto mulher negra requer sabedoria, uma vez que o conhecimento sobre as dinâmicas das opressões que se intersectam é essencial para a sobrevivência das negras americanas. Ao avaliar o conhecimento, as afro-americanas conferem grande credibilidade a essa sabedoria.¹⁴

Há décadas, nós, da História, teorizamos a respeito de conjecturar interpretações mediante aspectos histórico-sociais de determinado grupo, sendo capazes de levar em consideração seus contextos culturais, temporais, econômicos etc. Contudo, acredito ser um exercício ainda muito incipiente em nossas práticas, refletir sobre como a nossa subjetividade e/ou grupo social influenciam na elaboração de interpretações sobre as formas de perceber o mundo.

Além disso, Collins pode nos ajudar a criticar sobre a hierarquizações da produção do saber, evitando-nos de incorrer o erro de tratar conhecimentos produzidos fora de um ambiente

¹⁴ Patrícia Hills Collins, “Epistemologia feminista negra”, p. 161.



institucional como menos importantes. E, que podemos ter como outras referências, intelectuais, produções e saberes, que não necessariamente foram tiradas de nossos laboratórios, acervos e/ou atividades de campo. Isto é, assimilar pensadores não-acadêmicos como referências intelectuais de mesma igualdade.

Há muito, também já nos debruçamos em fontes orais. Diferentes contribuições e suas (re)definições veem sendo debatidas desde ao menos os anos 1960.¹⁵ Contudo, Collins deu um outro sentido ao local da voz e do diálogo como fonte de conhecimento. No segundo princípio de seu conceito, ela afirma que: “para as mulheres negras, raramente novas formas de conhecer são constituídas sem a participação de outros indivíduos, e elas são normalmente desenvolvidas por meio do diálogo com outros membros de uma comunidade”.¹⁶

Esta questão era cara à autora, pois questionou o local de escuta da academia, algo crucial para nossa produção do conhecimento, visto que se faz necessário atentar-se para as possibilidades de acompanhar o desenvolvimento de diferentes formas de existir, perceber e sentir o mundo. Levando, a considerar que o olhar de quem pesquisa não deve ser de assumir suas próprias crenças, mas identificar os limites destas.

Em seu terceiro, a ética do cuidado, Collins afirmou que este estava marcado por três componentes: O primeiro era a “ênfase na singularidade individual”. Ancorado na tradição do humanismo africano, entendia que “cada indivíduo é visto como uma expressão única de um

¹⁵ Rodolfo Fiorucci, “História oral, memória, história”, *Revista Eletrônica História em Reflexão*, 4, 8 (2010), p. 1-17.

¹⁶ Patrícia Hills Collins, “Epistemologia feminista negra”, p. 167.



espírito comum, poder ou energia inerente a toda vida”. O segundo componente era “o lugar das emoções no diálogo”, compreendendo que “as emoções indicam que a pessoa que fala acredita na validade do próprio argumento”. E, o último componente “envolve o desenvolvimento da capacidade de empatia”.¹⁷

Salvaguardo que ao conceitualizar estes componentes, Collins estava se referindo mais especificamente a uma interpretação própria à organização da sociedade civil negra norte-americana. De modo similar, compreendo, que como socióloga, Collins falava do que via, e também do que vivia contemporaneamente, exercício nem sempre exequível aos interesses da História. Contudo, o elemento necessário que pode inspirar as nossas práticas reside na compreensão de que modelos utilizados para interpretar determinadas sociedades, não podem ser utilizados de maneira avulsa em grupos outros.

Assim, compreendo que o que autora reiterava desvelava a importância de um esforço, por nossa parte, de compreender, a partir da análise de nossa documentação, a lógica interna das sociedades a serem estudadas. Este cuidado não deve ser somente relativo aos contextos, temporalidade e/ou cultura de determinada sociedade, refere-se, ao fato de que as ferramentas teóricas a serem utilizadas, precisam ser eleitas criticamente, não podendo mobilizar, de forma endogâmica, chaves conceituais.

Por fim, a última dimensão de seu conceito se referiu à ética da responsabilidade pessoal, que em seus termos significava que “os indivíduos devem produzir o conhecimento por meio do

¹⁷ Patrícia Hills Collins, “Epistemologia feminista negra”, p. 171-172.



diálogo e recorrer a um estilo de apresentação que demonstre uma ligação com as próprias ideias, mas também se espera que se responsabilizem pelo que afirmam”.¹⁸ Dessa maneira, fazia-se necessário *viver* o que se produz em um compromisso ético social para consigo, com a academia e com a sociedade. Assim, se em 1970 as feministas bradavam palavras de ordem como “O pessoal também é político”, faz-se necessário que nós, pessoas historiadoras, ressignifiquemos esta frase, de modo que assumamos que a historiografia e o que fazemos também o é.

Lélia, a visionária

A escolha em colocar a intelectual brasileira, Lélia González, por último reforça a minha intenção de evidenciar alguns aspectos relativos à sua produção intelectual. Diferentemente das demais citadas anteriormente, ambas norte-americanas, a brasilidade se torna um diferencial intrínseco às teorizações de González. O texto eleito para a análise foi o *A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica*, escrito, originalmente, entre 1979/1980, onde a autora discute o lugar do negro na nossa sociedade, e, mais especificamente, onde se encontra a mulher negra brasileira naquele cenário.

Desse modo, a autora que revisitou historiografias tradicionais, vai além, elaborando uma articulação interseccional entre as categorias de sexo/raça/classe em um período em que o conceito de interseccionalidade ainda não havia sido definido nos termos mais recentes

¹⁸ Patrícia Hills Collins, “Epistemologia feminista negra”, p. 174.



atribuídos a ele.¹⁹ González, para tanto, questionou o fazer intelectual dentro dos espaços de poder e também dos movimentos sociais. Estes dois aspectos são interessantes de serem ressaltados, pois, Lélia González atuou ativamente nos movimentos sociais, ao passo em que desenvolvia as suas contribuições filosóficas.²⁰

Vale ressaltar, que durante a década de 1970, e, parte significativa da década de 1980, o Brasil vivia sobre a égide de uma Ditadura Militar, algo que limitava o livre fluxo de ideias, e tornava mais desafiador o ofício de produção intelectual do período.²¹ ²²Algo, inclusive, denunciado pela própria autora ao afirmar que o Estado brasileiro operava de forma a “escamotear as informações a respeito da chamada população ‘de cor’ de nosso país, assim como a miséria e o desamparo em que a mesma se encontra”.²³

¹⁹ O conceito logrou mais êxito e visibilidade segundo às definições propostas por Kimberlé Crenshaw, que o define da seguinte maneira: “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”. Ver em: Kimberlé Crenshaw, “Documento para o encontro de especialistas de aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, *Estudos Feministas*, 10, 1 (2002), p. 177.

²⁰ Mírian Cristina de Moura Garrido, “Atuação militante de Lélia Gonzalez na discussão da Constituição Federal de 1988”, *Tempo e Argumento*, 10, 25 (2018), p. 435-463.

²¹ Paulo Bungart Neto, “Sobreviver para contar: as catárticas memórias dos exilados e perseguidos pela ditadura militar brasileira”, *Cadernos de Estudos Culturais*, 5, 10 (2013), p. 1-26.

²² Marcos Napolitano, “No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970”. *Estudos Avançados*, 28, 80 (2014), p. 41-58.

²³ Lélia Gonzalez, “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político econômica”, in: Flavia Rios e Márcia Lima (org.). *Por um feminismo afro-latino americano*, Rio de Janeiro, Zahar, 2020, p. 49.



Em âmbitos epistemológicos, Margareth Rago contou que a produção historiográfica, durante as décadas de 1970 e 1980, passou por um afastamento de um modelo marxista mais ortodoxo, influenciado por uma renovação neste campo teórico.²⁴ Tal mudança se deu, principalmente, devido a Edward P. Thompson e seus estudos sobre os aspectos culturais e subjetivos que haviam sido anteriormente ignorados. Além desta mudança, houve a incorporação de discussões produzidas nas escolas francesas que proporcionaram uma abertura temática e metodológica para a produção do conhecimento.

Este período também foi marcado por uma maior institucionalização e consolidação dos programas de pós-graduação no Brasil, o que possibilitou um maior profissionalismo no ofício da pesquisa, algo que ocorria concomitantemente a uma expansão editorial. Não se pode ignorar, também, que o Brasil passava por um período de efervescência dos movimentos sociais, estes contestatórios à Ditadura Militar, o que acabou por impulsionar interesses de pesquisas que falavam sobre a população negra, grupos femininos e de dissidências sexuais, sobretudo na segunda metade da década de 1970. Apesar disto, muito da produção nacional ainda era bastante influenciada por uma matriz eurocêntrica, branca e do norte global, algo que limitava a nossa própria construção epistemológica.^{25 26}

²⁴ Margareth Rago, “A ‘nova’ historiografia brasileira”. *Anos 90*, 7, 11 (1999), p. 73-96.

²⁵ Margareth Rago, “A ‘nova’ historiografia brasileira”, p. 73-96.

²⁶ Roberto Manoel Andreoni Adolfo, “A historiografia brasileira da escravidão entre os anos 1970 e 1980: escrita, contexto e instituição”, *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, 14, 1 (2017), p. 1-18.



No que se refere ao debate sobre aspectos raciais, Beatriz Nascimento,²⁷ no texto *Por uma história do homem negro*, originalmente de 1974, apontava a dificuldade de se pensar o racismo no Brasil mediante o mito da democracia racial, limitando a produção do conhecimento a uma concepção branca, que negava este problema estrutural, algo reproduzido pelo Estado, pela sociedade e pelos ambientes acadêmicos. Beatriz Nascimento também criticou como, muitas vezes, a contribuição da população negra no Brasil estava associada apenas a questões culinárias e da música, e que o conhecimento produzido sobre esta população estava calcado em uma ideia equivocada de assimilacionismo, na expectativa de seu desaparecimento, bem como na negação da discriminação devido ao processo de miscigenação.²⁸

Roberto Manoel Andreoni Adolfo aponta que, apesar de nas décadas de 1960-1970 ter existido um processo de “desmitificação do mito da democracia racial”, ainda na década de 1980, era possível ver um “realinhamento dos autores oitocentistas com as diretrizes de Casa Grande & Senzala (1933) de Gilberto Freyre” e na “a exaltação de uma escravidão amena, cujas relações de poder são estabelecidas através de acordos destituídos de violência”, premissas baseadas em concepções equivocadas sobre o passado escravista no Brasil, estas difundidas largamente pelo Estado brasileiro entre as décadas de 1930 e 1960.²⁹

²⁷ Beatriz Nascimento, “Por uma história do homem negro”, in: Alex Ratts, *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*, São Paulo, Instituto Kuanza, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p. 93-98.

²⁸ Beatriz Nascimento, “Por uma história do homem negro”, p. 93-98.

²⁹ Roberto Manoel Andreoni Adolfo, “A historiografia brasileira da escravidão entre os anos 1970 e 1980”, p. 3-5.



Ao pensar mais detidamente sobre o feminismo brasileiro, Sueli Carneiro afirmou que as mulheres negras também possuíam dificuldades de serem ouvidas e reconhecidas devido a uma visão universalizante, eurocêntrica e branca que imperava no movimento. É devido a esta necessidade que a produção de autoras como Beatriz Nascimento e Lélia González surge para se pensar o debate racial e suas interações com o gênero, visto que os movimentos feministas e negros possuíam limitações teóricas e pragmáticas em compreender o lugar das mulheres negras na nossa sociedade. Assim, os feminismos negros no Brasil advêm da atuação destas mulheres, que, organizadas, se viram impelidas a lutar pela sua percepção política, algo que se deu, principalmente, a partir da década de 1980, em uma tentativa de enegrecer o feminismo.³⁰

Lélia González foi fundamental neste processo, visto que decidiu entender como as relações de gênero e/ou de raça incidiam sobre a vida da população negra, em especial, a sua porção feminina, como fica asseverado em suas palavras:

[...] alguns aspectos de ordem histórica proporcionarão melhor inteligibilidade ao nosso trabalho e melhor entendimento da situação da mulher negra em particular, e do povo negro em geral, em termos da sociedade brasileira. Em outras palavras, embora esquematicamente, trataremos da escravidão no Brasil.³¹

À luz dessa apresentação, Gonzalez traçou argumentações que criticavam a postura oficial da historiografia brasileira, sobretudo no que tange ao negro e quais foram os espaços existentes para esse grupo social. Assim, a sua postura foi de denúncia, demonstrando um

³⁰ Sueli Carneiro, “Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro”, in: Heloisa Buarque de Hollanda (org.), *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*, Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019, p. 257-273.

³¹ Lélia González, “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político econômica”, p. 43.



compromisso político em desvelar as contradições enfrentadas por esses grupos ao longo da história do Brasil, buscando construir um novo lugar ao negro na formação da sociedade. Como ela mesma defende Palmares era: “na verdade [...] berço da nacionalidade brasileira”.³²

A autora, ao se debruçar sobre a mulher negra brasileira, buscou apresentar as condições específicas do racismo que infligiu e inflige este grupo social. Em seus termos: “E a mulher negra, qual a sua situação enquanto escrava?”.³³ Ao buscar responder esta pergunta, reiterou que o sistema escravista foi sagaz em dividi-las, segundo as suas atuações na casa-grande. O que criou diferentes representações da mulher negra na sociedade brasileira (mãe-preta/mulata exportação).

Quando buscou analisar “o lugar da mulher negra na força de trabalho e nas relações raciais”, Lélia operava três categorias de análise: mulher (gênero), força de trabalho (classe) e relações raciais (raça).³⁴ A meu ver, para ela, não havia dicotomia em abordar esses pontos. Articulá-los, para a autora, seria a única forma eficaz de se explicar o contexto brasileiro, ainda que seja possível ponderar que outras dimensões escapam à sua discussão, visto que Lélia González, neste texto, não mobilizou aspectos das sexualidades, algo que parece mais imperativo a aquilo que o conceito de interseccionalidade difundido por Crenshaw propõe.³⁵

³² Lélia Gonzalez, “A mulher negra na sociedade brasileira”, p. 44.

³³ Lélia Gonzalez, “A mulher negra na sociedade brasileira”, p. 44.

³⁴ Lélia Gonzalez, “A mulher negra na sociedade brasileira”, p. 47.

³⁵ Kimberlé Crenshaw, “Documento para o encontro de especialistas de aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, p. 171-188.



Ao afirmar que “ser negra e mulher no Brasil [...] é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão”,³⁶ a autora apresentou uma proposta analítica útil à produção historiográfica. Esta se refere à necessidade de nos atentar para o fato de que cada dinâmica de poder é específica em cada temporalidade e/ou grupo estudados, pois, o poder, que se move e se modifica, em uma sobreposição específica, se articula de modo subjetivo em cada sujeito histórico compondo diferentes/individuais sistemas de opressão. Essa justaposição de poderes deve ser levada em consideração em nossas investigações, para que assim possamos ponderar sobre as subjetividades destes agentes, de forma a identificar de qual maneira eles (res)significam, (re)forçam, (re)produzem e/ou antagonizam esta articulação de poderes e opressões intersectados.

Um outro aspecto do texto refere-se a sua elaboração de uma matriz epistemológica fundada na brasilidade. Assim, percebo que ao centrar-se nas questões voltadas para a população negra, sobretudo, às mulheres negras, González buscou perceber dinâmicas sociais levando em consideração o nosso contexto. Esta postura também não estava descolada de um compromisso político, visto as críticas feitas por ela a alguns movimentos sociais.³⁷

Lélia González, a meu ver, foi visionária, não somente por ter articulado interpretações das camadas sociais de modo tão sofisticado, mas, também, à medida que logrou êxito em suas contribuições para desenvolver uma prática intelectual em vínculo com a práxis desta teoria. González foi uma ávida atuante política, organizando grupos sociais e imprensas voltadas para

³⁶ Lélia Gonzalez, “A mulher negra na sociedade brasileira”, p. 50.

³⁷ Lélia Gonzalez, “A mulher negra na sociedade brasileira”, p. 39-52.



a produção de um conhecimento intelectual que servissem de ferramenta política para os grupos que buscava desenvolver estudos sobre.

Acredito que este exercício teórico-acadêmico-prático é uma das contribuições fulcrais para a nossa produção. Assim, devemos ter, enquanto preocupação, o entendimento de que o que concebemos e produzimos em nossas pesquisas, dentro das institucionalidades, deve servir o quanto puder aos interesses coletivos e, igualmente, no combate às desigualdades, assim, produzindo intelectualmente para contribuir para a justiça social.

Considerações finais

Este artigo pretendeu discutir criticamente algumas produções intelectuais da epistemologia feminista como forma de tentar elaborar marcos interpretativos, teóricos e conceituais de forma a ser aplicados em nossa práxis enquanto profissionais da História. Nesse sentido, buscou elaborar análises de escritos de autoras feministas que possam ser utilizados para além das pesquisas voltadas para o gênero e sexualidades. Scott, Collins e González foram, igualmente, pioneiras, éticas e visionárias a seu modo, desafiando as lógicas impostas pelos campos teóricos, históricos e sociais das quais estavam inseridas, apontando para um fazer do pensamento que deve se desafiar e se superar. As suas contribuições corroboraram a necessidade de um compromisso político diante de uma sociedade cada vez distante de uma luta por igualdade. Embora possamos salvaguardar que algumas das interpretações que as autoras apontaram podem ser encontradas em maior ou menor grau em escritos fora da epistemologia



Revista de História

Universidade Federal da Bahia

feminista, acredito que a proposta do artigo cumpriu o seu objetivo em evidenciar que as feministas pensam, produzem e falam muito mais do que sobre gênero.